

A EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: DESAFIOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Dayane da Silva Martins¹
Francisco Cardoso Mendonça²
Ana Angélica da Silva³
Ana Paula da Silva Pereira de Oliveira⁴
Aline Vieira da Silva⁵
Hellen Caroline Costa Vieira⁶

RESUMO: A educação para a sexualidade no contexto escolar brasileiro constitui um campo marcado por disputas políticas, culturais e pedagógicas que influenciam diretamente sua implementação. Compreendida como dimensão essencial da formação humana integral, a sexualidade atravessa o cotidiano escolar e impacta a construção de identidades, relações sociais e processos de aprendizagem. Este estudo tem como objetivo analisar como a educação para a sexualidade é abordada no contexto escolar, investigando desafios institucionais, discursos predominantes, práticas pedagógicas e políticas públicas que interferem em sua efetivação, considerando possibilidades de construção de ambientes educativos seguros, inclusivos e democráticos. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais e estudos empíricos recentes sobre educação sexual, gênero e direitos humanos. O referencial teórico comprehende a escola como instituição social em constante diálogo, e conflito, com a sociedade. Os resultados indicam que a educação para a sexualidade ocorre de forma fragmentada, frequentemente dependente da iniciativa individual de docentes, carecendo de respaldo institucional. Evidencia-se que o apoio da gestão escolar, a formação continuada e políticas públicas estruturadas são elementos centrais para a consolidação das práticas educativas. Conclui-se que a efetivação da educação para a sexualidade exige compromisso institucional e alinhamento aos princípios científicos, éticos e de direitos humanos, reafirmando o papel da escola na promoção da equidade, da proteção e da cidadania.

4271

Palavras-chave: Educação para a sexualidade. Escola. Gênero. Políticas públicas. Direitos humanos.

¹Graduanda concluinte do curso de Pedagogia pela Faculdade Mauá-GO.

²Professor Mestre Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Mauá-Go.

³Pós graduada. Instituição de vínculo (Faculdade Mauá GO).

⁴Especialista em Psicopedagogia e neuropsicopedagogia pelo Centro de Ensino Superior do Brasil – ICSH-CESB (Brasil).

⁵Mestre em Educação.

⁶Especialista em Gestão e Tutoria.

ABSTRACT: Sex education in the Brazilian school context is a field marked by political, cultural, and pedagogical disputes that directly influence its implementation. Understood as an essential dimension of integral human development, sexuality permeates school daily life and affects identity formation, social relationships, and learning processes. This study aims to analyze how sex education is addressed in the school context, investigating institutional challenges, prevailing discourses, pedagogical practices, and public policies that affect its effectiveness, as well as possibilities for building safe, inclusive, and democratic educational environments. The research adopts an applied, qualitative, and exploratory approach, based on a literature review, analysis of official documents, and recent empirical studies on sex education, gender, and human rights. The theoretical framework understands the school as a social institution in constant dialogue—and conflict—with society. The findings indicate that sex education is often fragmented and dependent on individual initiatives by educators, lacking consistent institutional support. It is evident that school management support, continuous teacher education, and structured public policies are essential for consolidating educational practices. The study concludes that the effective implementation of sex education requires institutional commitment aligned with scientific, ethical, and human rights principles, reaffirming the school's role in promoting equity, protection, and citizenship.

Keywords: Sex education. School. Gender. Public policies. Human rights.

INTRODUÇÃO

A educação para a sexualidade no contexto escolar brasileiro configura-se como um campo de tensões, disputas simbólicas e desafios pedagógicos que extrapolam o âmbito curricular, evidenciando conflitos mais amplos relacionados a projetos de sociedade, concepções de infância e modelos de formação humana. A sexualidade, compreendida como dimensão constitutiva da vida social, é atravessada por valores culturais, relações de poder, normas morais e discursos institucionais que influenciam diretamente a forma como crianças e adolescentes constroem suas identidades, estabelecem vínculos afetivos e reconhecem seus direitos. Nesse sentido, abordar a sexualidade na escola significa reconhecer sua centralidade na formação integral dos sujeitos e na promoção de ambientes educativos seguros, inclusivos e democráticos.

Embora documentos normativos brasileiros reconheçam a importância da educação para a sexualidade como componente transversal do currículo, sua efetivação enfrenta resistências significativas no cotidiano escolar. Tais resistências se expressam tanto na fragilidade da formação docente quanto na pressão exercida por discursos conservadores e moralizantes que buscam silenciar debates sobre gênero, diversidade sexual e direitos humanos. A disseminação da ideia de que a educação sexual representa ameaça aos valores familiares têm alimentado

pânicos morais, promovendo censura pedagógica e comprometendo a liberdade de ensinar, princípio constitucional indispensável à democracia educacional.

Esse contexto de silenciamento não produz neutralidade, mas impactos concretos na vida dos estudantes. A ausência de espaços de diálogo e orientação contribui para o aumento da vulnerabilidade frente a abusos, violências sexuais, discriminações de gênero e desinformação, além de dificultar o reconhecimento de limites corporais, do consentimento e do autocuidado. Nesse cenário, a escola, enquanto instituição social estratégica, não pode se furtar à responsabilidade ética de enfrentar tais realidades, sob pena de reforçar desigualdades históricas e legitimar processos de exclusão.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar como a educação para a sexualidade é abordada no contexto escolar brasileiro, investigando os desafios institucionais, as resistências socioculturais, as lacunas na formação docente, as práticas pedagógicas e as políticas públicas que influenciam sua efetivação. Parte-se da compreensão de que as disputas em torno da educação para a sexualidade revelam confrontos entre diferentes projetos de sociedade, nos quais a escola ocupa papel central como espaço de proteção, produção de saberes e promoção dos direitos humanos.

Outro aspecto relevante a ser considerado diz respeito à compreensão da sexualidade 4273 como dimensão indissociável do processo educativo desde a infância. Diversos estudos apontam que crianças e adolescentes constroem conhecimentos, valores e representações sobre o corpo, o afeto e as relações sociais independentemente da presença – ou ausência – da escola nesse processo. Quando a instituição escolar silencia essas questões, outros espaços passam a ocupar esse lugar formativo, muitas vezes de maneira fragmentada, desinformada ou permeada por discursos violentos e preconceituosos. Assim, negar a educação para a sexualidade no ambiente escolar não impede que o tema exista, mas transfere sua abordagem para contextos desprovidos de mediação pedagógica e compromisso ético.

Além disso, a escola ocupa posição estratégica na articulação entre conhecimento científico, valores democráticos e proteção integral de crianças e adolescentes. Ao assumir uma postura ativa na educação para a sexualidade, a instituição escolar contribui para a construção de competências socioemocionais, como empatia, respeito às diferenças, responsabilidade e autocuidado. Essas dimensões são fundamentais não apenas para a aprendizagem formal, mas para o desenvolvimento pleno dos sujeitos enquanto cidadãos capazes de reconhecer direitos, estabelecer limites e agir criticamente diante de situações de violência ou discriminação.

Nesse sentido, torna-se imprescindível reconhecer que as resistências à educação para a sexualidade não se restringem ao espaço escolar, mas refletem disputas mais amplas presentes na sociedade brasileira contemporânea. As escolas encontram-se tensionadas entre demandas legais, expectativas familiares, pressões políticas e valores culturais muitas vezes contraditórios. Compreender essas tensões é fundamental para analisar os desafios enfrentados pelos docentes e para construir estratégias pedagógicas que possam fortalecer a escola como espaço de diálogo, proteção e promoção da dignidade humana.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e finalidade exploratória, voltada à compreensão crítica das práticas pedagógicas, dos discursos institucionais e das políticas educacionais relacionadas à educação para a sexualidade no contexto escolar brasileiro. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de analisar sentidos, interpretações e significados atribuídos à sexualidade na escola, considerando seus atravessamentos históricos, culturais e políticos.

A escolha pela pesquisa bibliográfica e documental mostrou-se adequada ao objetivo do estudo, uma vez que permite compreender a educação para a sexualidade como campo consolidado de produção científica e, simultaneamente, como espaço de controvérsias políticas e disputas discursivas. A análise de diferentes tipos de produções possibilitou identificar consensos teóricos, divergências conceituais e lacunas persistentes, especialmente no que se refere à formação docente e à implementação efetiva das políticas educacionais.

4274

Fundamentação teórica

A construção teórica deste estudo fundamenta-se na compreensão da sexualidade como dimensão constitutiva da formação humana, atravessada por fatores históricos, sociais, culturais e políticos. Longe de se restringir a aspectos biológicos ou reprodutivos, a sexualidade é entendida como campo de disputas simbólicas e de poder, conforme indicado por Foucault (1999), ao discutir os mecanismos de controle e produção dos discursos sobre os corpos. Nesse sentido, silenciar a sexualidade no espaço escolar não representa neutralidade, mas uma forma de manutenção de normas, hierarquias e desigualdades.

Os estudos de gênero contribuem de maneira decisiva para essa compreensão. Scott (1995) concebe o gênero como categoria analítica fundamental para compreender as relações sociais e as assimetrias de poder, enquanto Butler (1990) problematiza a naturalização das identidades, evidenciando seu caráter performativo e socialmente regulado. Louro (2008)

reforça que a escola é um espaço privilegiado de produção e reprodução de normas de gênero e sexualidade, sendo também um espaço potente de questionamento e transformação.

No contexto brasileiro, pesquisas apontam que a educação para a sexualidade ainda enfrenta resistências intensas, especialmente em razão do avanço de discursos conservadores que associam o tema à chamada “ideologia de gênero” (MIGUEL, 2016; CARVALHO, 2020). Tais discursos operam como instrumentos políticos de deslegitimização do trabalho pedagógico, afetando diretamente a autonomia docente e gerando medo, autocensura e retração das práticas educativas. Esses processos comprometem a efetividade das políticas educacionais e fragilizam a proteção integral de crianças e adolescentes.

Estudos empíricos evidenciam que o silenciamento da sexualidade no ambiente escolar está associado ao aumento da vulnerabilidade frente a abusos, violências e discriminações (AZEVEDO; GUERRA, 2015; FIGUEIRA, 2020; PNS/IBGE, 2019). Ao mesmo tempo, pesquisas sobre práticas pedagógicas demonstram que abordagens críticas, participativas e interdisciplinares contribuem para a promoção da saúde, do respeito à diversidade e do desenvolvimento infantojuvenil saudável (BARBOSA *et al*, 2020; PINHEIRO *et al*, 2023; GARCIA *et al*, 2024).

A formação docente emerge como eixo central nesse debate. Investigações apontam que muitos professores se sentem despreparados para abordar a temática, reflexo das lacunas na formação inicial e da ausência de políticas consistentes de formação continuada (LINO, 2024; OLIVEIRA; BARBOSA, 2024). Esse despreparo, somado às pressões institucionais e sociopolíticas, limita a ação pedagógica e reforça práticas moralizantes ou exclusivamente biológicas.

Dessa forma, o referencial teórico adotado neste estudo sustenta a educação para a sexualidade como prática político-pedagógica comprometida com os direitos humanos, a equidade de gênero e a democracia. Reconhece-se a escola como espaço de disputa, mas também como espaço estratégico de proteção, acolhimento e emancipação, capaz de contribuir para a construção de sujeitos críticos, informados e conscientes de seus direitos.

Outro eixo teórico importante para compreender a educação para a sexualidade no contexto escolar refere-se às experiências pedagógicas e metodologias ativas voltadas ao diálogo, à escuta e à problematização dos saberes sobre o corpo e os afetos. Estudos recentes demonstram que práticas educativas baseadas na participação dos estudantes favorecem não apenas a

apropriação de conhecimentos científicos, mas também o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e do respeito às diferenças.

Pesquisas como as de Fontes, Dutra-Pereira e Bortolai (2022) evidenciam que a abordagem da sexualidade, quando mediada por conversas abertas e contextualizadas, permite tensionar normas hegemônicas e ampliar a compreensão sobre desejos, identidades e direitos. Nesse sentido, a educação para a sexualidade ultrapassa o caráter informativo e assume dimensão formativa, ética e relacional, promovendo uma aprendizagem significativa e humanizada.

Além disso, investigações empíricas realizadas no âmbito da educação básica indicam que a ausência de espaços institucionalizados para o debate sobre sexualidade contribui para a reprodução de medos, dúvidas e informações distorcidas entre adolescentes. Barbosa *et al* (2020) apontam que as inseguranças manifestadas pelos estudantes estão diretamente associadas ao silêncio pedagógico e à falta de orientação sistemática no ambiente escolar. Do mesmo modo, experiências extensionistas e projetos educativos desenvolvidos em escolas públicas, como os analisados por Barreto *et al* (2024) e Garcia *et al* (2024), demonstram que ações interdisciplinares e articuladas com a saúde e os direitos humanos fortalecem vínculos, reduzem estigmas e ampliam a capacidade dos estudantes de reconhecer situações de risco e violência. Esses dados reforçam a compreensão da escola como espaço estratégico de prevenção e promoção do desenvolvimento integral.

Por fim, estudos recentes também problematizam a permanência da heteronormatividade e de discursos excludentes no cotidiano escolar, mesmo diante de avanços normativos e científicos. Lino (2024) evidencia que representações docentes ainda são fortemente influenciadas por padrões normativos de gênero e sexualidade, o que impacta diretamente as práticas pedagógicas e os processos de acolhimento da diversidade.

De modo semelhante, pesquisas sobre educação sexual em documentos oficiais e políticas educacionais recentes (Educação em Foco, 2023; Oliveira & Barbosa, 2024) revelam contradições entre o discurso institucional e a efetivação das ações nas escolas. Esses estudos apontam que a consolidação da educação para a sexualidade exige não apenas diretrizes legais, mas mudanças culturais, formativas e institucionais, capazes de enfrentar desigualdades históricas e assegurar que a escola cumpra seu papel democrático, inclusivo e protetivo.

A literatura recente tem enfatizado a importância de analisar a educação para a sexualidade a partir das condições concretas de implementação nas redes públicas de ensino, considerando as especificidades territoriais, institucionais e administrativas.

O estudo realizado por Schmitt (2025), ao investigar a rede de ensino do município de Tijucas, evidencia que a efetivação da educação sexual não depende exclusivamente da existência de orientações normativas, mas da articulação entre políticas públicas, gestão escolar e formação docente. A autora demonstra que, mesmo quando há reconhecimento formal da importância do tema, a ausência de estratégias institucionais claras, de acompanhamento pedagógico contínuo e de espaços formativos sistematizados limita a consolidação de práticas educativas consistentes. Esse achado reforça a compreensão de que a educação para a sexualidade deve ser pensada como política educacional integrada, e não como ação isolada ou responsabilidade individual dos professores.

Outro elemento teórico relevante decorrente do estudo de Schmitt (2025) refere-se ao papel da gestão e da cultura organizacional das escolas na sustentação, ou no enfraquecimento, das práticas de educação sexual. A pesquisa indica que ambientes escolares marcados por abertura ao diálogo, apoio da equipe gestora e compromisso coletivo apresentam maior potencial para enfrentar resistências socioculturais e conflitos com a comunidade. Em contrapartida, contextos institucionais pautados pelo medo de conflitos e pela neutralização do debate tendem a reforçar o silenciamento e a fragmentação das ações pedagógicas.

4277

Esse aspecto dialoga com produções teóricas que compreendem a escola como espaço de micropolíticas, no qual decisões cotidianas, relações de poder e posicionamentos institucionais influenciam diretamente a possibilidade de desenvolver práticas educativas voltadas à sexualidade de forma ética, democrática e protetiva (LOURO, 2008; FOUCAULT, 1999).

A análise dos dados foi orientada pelos princípios da análise de conteúdo, possibilitando a construção de categorias temáticas emergentes a partir das recorrências, contradições e tensionamentos identificados no material analisado. O processo analítico envolveu leitura flutuante, categorização e interpretação crítica, permitindo compreender não apenas os conteúdos explícitos, mas também os discursos subjacentes e as relações de poder que atravessam a educação para a sexualidade no contexto escolar.

Além disso, o estudo articulou perspectivas macropolíticas, como diretrizes curriculares, legislações e políticas públicas, com análises micropolíticas, contemplando práticas pedagógicas, experiências docentes e dinâmicas institucionais. Essa articulação possibilitou uma leitura

integrada do fenômeno, evidenciando como disputas ideológicas e decisões políticas repercutem diretamente no cotidiano escolar e na atuação dos professores.

A organização do corpus analítico considerou, ainda, a diversidade de contextos educacionais abordados nas pesquisas, contemplando estudos realizados em escolas públicas urbanas, rurais e periféricas, bem como experiências extensionistas, projetos interdisciplinares e relatos de práticas pedagógicas. Essa diversidade permitiu observar como a educação para a sexualidade se materializa de maneira desigual no território nacional, fortemente influenciada pelas condições institucionais, culturais e políticas locais.

Do ponto de vista analítico, a opção pela construção de categorias emergentes possibilitou captar os tensionamentos estruturais do campo, tais como: silenciamento institucional, medo docente, influência de discursos conservadores, práticas pedagógicas emancipatórias e papel protetivo da escola. Essas categorias não foram definidas previamente, mas construídas a partir da leitura crítica e comparativa das produções analisadas, respeitando a complexidade do fenômeno investigado e evitando reduções simplificadoras.

Além disso, a construção metodológica deste estudo dialoga com pesquisas empíricas recentes desenvolvidas em redes municipais de ensino, como a investigação realizada por Schmitt (2025) no município de Tijucas, que evidencia a relevância de compreender a educação sexual a partir das práticas concretas e das percepções dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Ainda que o presente trabalho não se configure como um estudo de campo, a análise bibliográfica e documental incorporou produções que articulam teoria e realidade escolar, permitindo aproximações interpretativas entre os desafios observados em contextos locais e as tendências nacionais identificadas na literatura. Essa interlocução fortalece a coerência metodológica da pesquisa, ao situar a discussão em um horizonte aplicado e contextualizado, reconhecendo que a efetivação da educação sexual depende das condições institucionais, formativas e socioculturais específicas de cada rede de ensino, conforme apontado por Schmitt (2025).

4278

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise revelam que a educação para a sexualidade permanece como um dos temas mais tensionados no espaço escolar brasileiro, apesar do reconhecimento normativo de sua relevância. Observa-se um descompasso entre o que os documentos oficiais propõem e o que efetivamente se concretiza nas práticas pedagógicas, evidenciado pela insegurança docente,

pela ausência de formação continuada consistente e pelo receio de retaliações institucionais ou sociais.

A influência de discursos conservadores e moralizantes constitui-se como eixo central desse tensionamento. A associação da educação para a sexualidade à chamada “ideologia de gênero” funciona como estratégia política de deslegitimação do trabalho pedagógico, produzindo pânicos morais e reforçando práticas de censura. Esse cenário compromete a liberdade de cátedra e contribui para a autocensura docente, limitando o enfrentamento de temas fundamentais para a proteção e o desenvolvimento dos estudantes.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, comprehende-se que o controle dos discursos sobre sexualidade na escola opera como dispositivo de poder, regulando corpos, identidades e formas de existência consideradas legítimas. O silenciamento, longe de ser neutro, reforça hierarquias sociais e contribui para a naturalização de violências simbólicas e materiais, especialmente contra estudantes LGBTQIA +.

Por outro lado, a literatura analisada também evidencia experiências pedagógicas que apontam caminhos possíveis para a consolidação de uma educação sexual crítica e emancipatória. Práticas baseadas no diálogo, na interdisciplinaridade, em metodologias participativas e na mediação de conflitos têm se mostrado eficazes na promoção do respeito à diversidade, na prevenção de violências e no fortalecimento do protagonismo estudantil. Esses resultados confirmam que, quando há apoio institucional e formação adequada, a escola pode se constituir como espaço de acolhimento, escuta e transformação social.

Os estudos analisados reforçam ainda que a formação docente representa um eixo estruturante para a efetivação da educação para a sexualidade. Lacunas na formação inicial e continuada contribuem para a reprodução de discursos normativos e heteronormativos, limitando práticas inclusivas. Assim, a consolidação de políticas públicas voltadas à formação crítica de professores mostra-se indispensável para superar o cenário de silenciamento e insegurança que marca o contexto escolar contemporâneo.

Outro resultado significativo da análise diz respeito à centralidade do medo como elemento estruturante das práticas pedagógicas relacionadas à sexualidade. O medo de represálias institucionais, de denúncias infundadas e de conflitos com famílias ou grupos religiosos aparece de forma recorrente nos estudos analisados. Esse sentimento atua como mecanismo de controle simbólico, induzindo professores a evitarem o tema ou a abordá-lo de forma superficial, restrita ao campo biológico, esvaziando seu potencial crítico e formativo.

A pesquisa também evidencia que o silenciamento da sexualidade impacta diretamente a produção de subjetividades no espaço escolar. Quando determinadas identidades e experiências são sistematicamente invisibilizadas, cria-se um ambiente que reforça normas hegemônicas de gênero e sexualidade, contribuindo para a marginalização de estudantes que não se enquadram nesses padrões. Esse processo afeta o bem-estar emocional, o pertencimento escolar e o desempenho acadêmico, especialmente de estudantes LGBTQIA+, que frequentemente relatam experiências de isolamento, bullying e sofrimento psíquico.

Em contraposição a esse cenário, os estudos analisados demonstram que práticas pedagógicas comprometidas com os direitos humanos produzem efeitos positivos no clima escolar. Escolas que investem em formação docente, diálogo intersetorial e metodologias participativas apresentam maior capacidade de enfrentar conflitos, acolher a diversidade e prevenir situações de violência. Esses achados reforçam a ideia de que a educação para a sexualidade não deve ser compreendida como conteúdo isolado, mas como eixo transversal que atravessa a organização escolar, as relações interpessoais e o projeto político-pedagógico.

Os achados analisados à luz do estudo de Schmitt (2025) reforçam a compreensão de que a implementação da educação para a sexualidade ocorre de maneira desigual entre as redes e unidades escolares, condicionada por fatores institucionais, culturais e políticos. A investigação realizada no município de Tijucas evidencia que, mesmo quando há iniciativas pontuais ou reconhecimento da relevância do tema, a ausência de políticas estruturadas de acompanhamento pedagógico e de formação continuada compromete a continuidade das ações. Esses resultados dialogam com a literatura analisada ao demonstrar que a educação sexual tende a se manter dependente da iniciativa individual de alguns docentes, tornando-se frágil, descontínua e vulnerável a mudanças de gestão ou pressões externas.

Outro aspecto que emerge da articulação entre os estudos analisados e a pesquisa de Schmitt (2025) refere-se ao papel da escola como espaço de mediação de conflitos socioculturais. Os dados indicam que as tensões envolvendo a educação sexual frequentemente extrapolam o espaço da sala de aula, manifestando-se nas relações com famílias, comunidades e instâncias administrativas. Nesse cenário, escolas que contam com apoio institucional e posicionamentos claros da gestão demonstram maior capacidade de sustentar práticas educativas dialogadas e protetivas. Por outro lado, contextos marcados pela omissão institucional tendem a reforçar o silenciamento e a insegurança docente, legitimando discursos conservadores e dificultando o enfrentamento de violências simbólicas e materiais. Assim, os resultados reforçam que a

consolidação da educação para a sexualidade exige um compromisso coletivo e institucional, e não apenas esforços isolados de professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a educação para a sexualidade no contexto escolar brasileiro é profundamente atravessada por disputas ideológicas, limitações institucionais e desafios formativos que comprometem sua efetivação como prática pedagógica democrática e protetiva. Embora haja respaldo normativo e teórico para sua abordagem, a realidade escolar revela a permanência de silenciamentos, medos e resistências que fragilizam o papel da escola na promoção dos direitos humanos.

Os resultados indicam que o principal entrave não reside na complexidade da temática, mas na atuação de discursos conservadores que buscam controlar corpos, subjetividades e narrativas educacionais. Tais discursos produzem efeitos concretos na prática docente, fomentando autocensura e restringindo a possibilidade de construção de ambientes educativos seguros e inclusivos.

Ao mesmo tempo, o estudo evidencia que a educação para a sexualidade, quando fundamentada em princípios éticos, científicos e democráticos, possui caráter eminentemente protetivo e emancipatório. Sua presença no espaço escolar contribui para o enfrentamento de violências, para o reconhecimento de direitos e para o desenvolvimento da autonomia e do respeito às diferenças.

4281

Diante disso, reafirma-se a necessidade de fortalecer políticas públicas de formação docente, garantir respaldo institucional aos educadores e enfrentar sistematicamente as campanhas de desinformação que ameaçam a liberdade pedagógica. A escola deve ser reconhecida como espaço legítimo de diálogo, cuidado e transformação social, comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Conclui-se, portanto, que a defesa da educação para a sexualidade não é apenas uma demanda pedagógica, mas um compromisso ético com a dignidade humana. Sua consolidação no contexto escolar representa um passo fundamental para assegurar proteção, equidade e cidadania a todas as crianças e adolescentes, reafirmando o papel social da educação como prática de liberdade.

A partir da análise realizada, torna-se evidente que a implementação da educação para a sexualidade exige mais do que diretrizes curriculares ou documentos normativos. Trata-se de

um processo que demanda compromisso político, investimento institucional e mudança cultural, especialmente no que se refere às concepções de infância, corpo e diversidade. Sem essas transformações estruturais, a escola permanece vulnerável à reprodução de práticas excludentes e ao esvaziamento de seu papel social.

Ressalta-se, ainda, que o fortalecimento da educação para a sexualidade está diretamente relacionado à valorização do trabalho docente. Garantir condições de formação continuada, apoio institucional e segurança jurídica é condição indispensável para que professores possam exercer sua função pedagógica com autonomia e responsabilidade. A ausência desse respaldo compromete não apenas o ensino da sexualidade, mas o próprio sentido democrático da educação pública.

Por fim, este estudo reafirma que discutir sexualidade na escola é um ato de cuidado, proteção e justiça social. Em um contexto marcado por desigualdades, violências e exclusões, a educação para a sexualidade constitui-se como ferramenta potente de transformação, capaz de promover respeito, equidade e dignidade humana. Assim, sua consolidação no contexto escolar brasileiro não deve ser tratada como concessão ou escolha ideológica, mas como compromisso ético fundamental com a vida, os direitos e a formação integral das novas gerações.

À luz das contribuições apresentadas por Schmitt (2025), torna-se evidente que o avanço da educação para a sexualidade no contexto escolar ultrapassa a dimensão pedagógica e se insere no campo das disputas políticas, institucionais e culturais que atravessam a escola pública brasileira. As experiências analisadas demonstram que iniciativas desarticuladas e dependentes do engajamento individual de profissionais tendem a ser insuficientes para garantir práticas contínuas, seguras e democraticamente sustentadas.

Nesse sentido, reforça-se a necessidade de consolidar políticas públicas locais que assegurem formação docente permanente, respaldo institucional e diálogo sistemático com a comunidade escolar.

Somente por meio de ações integradas, comprometidas com princípios científicos, éticos e de direitos humanos, será possível fortalecer a escola como espaço legítimo de acolhimento, prevenção de violências e promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, reafirmando seu papel social na construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2015.

BARBOSA, Luciana Uchôa; PEREIRA, Juliana de Castro Nunes; LIMA, Angélica de Godoy Torres; COSTA, Suzana Santos da; MACHADO, Raylane da Silva; HENRIQUES, Amanda Haissa Barros; FOLMER, Vanderlei. Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 12, n. 4, e 2921, p. 1-8, 2020. DOI: 10.25248/reas.e 2921.2020.

BARRETO, Rebeca Mascarenhas Fonseca; CARVALHO, Maria Edivânia Freire; ALMEIDA, Maria Isabel Pinheiro de; LAVOR, Camila Silva de. Papo de calçada: educação para sexualidade, gênero e saúde e combate ao abuso sexual. *Revista de Extensão da UNIVASF*, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2024.

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.

CARVALHO, Fernando Afonso de. Quando a exceção se torna regra totalitária: o cruzamento do movimento Escola sem Partido com a persecução aos estudos de gênero e à educação para as sexualidades. *Revista Educação e Linguagens*, v. 9, n. 17, p. 154-179, 2020.

Educação sexual nos documentos oficiais: uma breve análise. *Educação em Foco*, ano 26, n. 49, maio/ago. 2023. Belo Horizonte. e-ISSN 2317-0093.

4283

FIGUEIRA, Juliana Ribeiro. *Impacto da violência sexual em mulheres com disfunção sexual*. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

FONTES, Marcos S.; DUTRA-PEREIRA, Fernando K.; BORTOLAI, Manuela. “Satisfação, necessidade e desejo”: conversas com corpos desejantes sobre sexualidade na educação em ciências. *Areté: Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, v. 17, n. 31, e22001, p. 1-22, jan./jul. 2022. DOI: 10.59666/Arete.1984-7505.v17.n31.3635.

GARCIA, Isadora Soares Bicalho et al. Promoção do desenvolvimento infanto-juvenil saudável: experiências de um projeto de extensão em uma escola municipal de Belo Horizonte. *Revista de Extensão e Educação em Saúde Ciências Médicas*, v. 3, n. 1, p. 18-33, 2024.

LINO, Lilian de Oliveira. *Representações de professoras do Ensino Fundamental I acerca da heteronormatividade*. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2024.

MENEZES, José Bezerra; PEREIRA, Marcelo. Redescobrindo o sistema reprodutor: aprendizagem baseada no ensino investigativo. *Metodologias e Aprendizado*, v. 6, p. 534-542, 2023. DOI: 10.21166/metapre.v6i.3938.

MIGUEL, Luis Felipe. “Da doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Revista Direito & Práxis*, 2016.

MOREIRA, Sandro Barbosa. *Ilha interdisciplinar de racionalidade sobre sexualidade humana: uma experiência com estudantes de uma escola rural.* 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Universidade Federal do Pampa, 2023.

MUJICA, J. L. M.; INOCENCIO, M. Aplicação de oficina de sexualidade e geografia com alunos de ensino fundamental e médio na E.E.B. Getúlio Vargas em Florianópolis, SC. *Pesquisar*, v. 7, edição especial, p. 101–113, 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. UNFPA: Brasil segue com índices elevados de gravidez na adolescência. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/199938-unfpa-brasil-segue-com-%C3%ADndices-elevados-de-gravidez-na-adolesc%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: [data de acesso].

OLIVEIRA, Valéria Aparecida Teixeira; BARBOSA, Roseli Oliveira. Educação sexual em debate: conceitos, experiências e possibilidades. *Revista Nova Paideia*, v. 6, n. 1, p. 163–177, jan./abr. 2024. DOI: 10.36732/riep.v6i1.350.

OLIVEIRA, D. S. T.; OLIVEIRA, S. “E agora, professor?”: uma oficina sobre o ensino de infecções sexualmente transmissíveis no contexto escolar. *Revista Presença*, v. 9, n. 21, p. 60–82, 2023.

PESQUISA Nacional de Saúde do Escolar: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

PINHEIRO, L. M. L. et al. Metodologias educacionais utilizadas para o ensino de gênero e sexualidade aos adolescentes. *Revista de Extensão da UNIVASF*, v. 11, n. 1, p. 60–72, 2023.

SANTOS, Edclecio Silva. *(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru-PE.* 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. 4284

SANTOS, L. D. S. et al. Educação sexual e reprodutiva com estudantes do ensino fundamental II: um relato de experiência. In: *VIII Encontro sobre violência intrafamiliar. Anais [...]*. p. 132–134, 2023.

SARAIVA, C. A. et al. Educação sexual para adolescentes de uma escola pública de Cajazeiras: transformando vidas e promovendo saúde. In: *XVII Encontro de Extensão Universitária da UFCG. Anais [...]*, 2024.

SCHMITT, Lívia de Melo. Educação sexual escolar: desafios e possibilidades da implementação das práticas na rede de ensino do município de Tijucas. *Revista Integratio*, Itajaí, v. 1, n. 1, e21411, jan./dez. 2025.